

# FOME ENDÊMICA: PROGNÓSTICO<sup>1</sup>

Maria do Carmo Soares de FREITAS<sup>2</sup>

## RESUMO

Discute-se o caráter histórico do fenômeno fome/desnutrição: a produção social da fome que tem na política agrícola, na estrutura agrária e, enfim, no modelo econômico que exclui a grande maioria da população, a sua determinação estrutural. Conclui-se que é, portanto, a lógica perversa do desenvolvimento do capitalismo brasileiro que explica o atual quadro de miséria da população.

**Termos de indexação:** fome, distúrbios nutricionais, países em desenvolvimento, população, saúde pública.

## ABSTRACT

### ENDEMIC HUNGER: PROGNOSTICS

Historical characteristics of hunger / malnutrition phenomenon have been studied: hunger social effects are structurally determined by the agrarian policy, the agrarian

(1) Trabalho apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Nutrição, realizado no Rio de Janeiro, RJ, no dia 16 de outubro de 1992.

(2) Professora Assistente, Departamento das Ciências da Nutrição, Universidade Federal da Bahia, Rua Araújo Pinho, 32, 40110-150, Salvador, BA.

structure and, finally, the economic policy that excludes the majority of population. In conclusion, it is the perverse logic of the Brazilian capitalism development that explains the present situation of poverty of the population.

**Index terms:** hunger, nutrition disorders, developing countries, population, public health.

A fome endêmica enquanto condição social dos indivíduos é inseparável da desnutrição energético-protéica, e outras formas específicas, tendo um prognóstico tão árido quanto árida parece ser a condição de vida de quem a sente.

Fome e desnutrição são expressões substantivas em uma só dimensão e não somente justapostas. Estão intimamente relacionadas, como algo permanente do cotidiano, num só espaço, num só sentido: fome/desnutrição, condição social/biológica (VALENTE, 1986).

Tal dimensão indica a necessidade de um pensamento histórico-social para explicar o corpo... e o biológico, à luz da condição social da vida, sugerindo abandonar, portanto, a visão compartimentalizada que entende o corpo como algo isolado, ou alheio, à margem da sociedade (NUNES, 1982).

Em um mundo onde existem alimentos para todos, a fome é um problema ético complexo (SEMINÁRIO..., 1989).

O corpo famélico de que falamos é este que aí se apresenta com imagens diversas, onde órgãos, músculos, ossos, glândulas, sentimentos e desejos são atingidos, maltratados desde muito tempo, em tantas sociedades semelhantes à nossa. **Fome/desnutrição** estabelece um estado físico, socialmente determinado, em que o aporte de alimentos, por uma razão de baixa ingestão impossibilita ao organismo o aproveitamento normal dos alimentos, provocando um **deficit** somático de estatura e peso, com todas as conseqüências que, do ponto de vista clínico e social, afetam a sobrevivência.

Uma sociedade, onde grande parte de sua população tem baixa resistência orgânica, vitimada por endemias e baixa

produtividade no trabalho, sem dúvida é uma sociedade em risco, cujo processo econômico é excludente, comprometendo qualquer possibilidade de desenvolver-se econômica e socialmente.

Fome refere-se a todo espectro das deficiências nutricionais e, subnutrição, a uma ordem quantitativa de manifestações clínico-patológicas de um organismo submetido à ausência constante de alimentos (SEMINÁRIO..., 1989).

As formas de interpretar o problema nutricional são permeadas por estágios monocausais, que se esgotam na carência de nutrientes, e concepções multicausais, que percorrem o ambiente social, o nível de renda, as deficiências do sistema de alimentos, a cultura alimentar, a produção e distribuição de alimentos (VIEIRA, 1982).

**A fome/desnutrição** é um dos mais graves, senão o mais grave problema de Saúde Pública do mundo. Segundo a Organização Mundial de Saúde, em 1962, a desnutrição alcançava 50% da população mundial (FOOD..., 1973).

No Brasil, na década de 70, mais de setenta milhões de pessoas não tiveram acesso a uma alimentação suficiente para suprir suas necessidades nutricionais (VIEIRA, 1982). Em 1980, havia a estimativa de milhões de pessoas famintas, das quais vinte milhões morreram a cada ano de causas relacionadas com a fome, e destas, quatorze milhões eram crianças, o que significou a morte de 40.000 crianças por dia (SEMINÁRIO..., 1989).

Dados mais recentes indicam que a insuficiência alimentar tem ampliado o contingente populacional. Considera-se que, nos países tidos como de terceiro mundo, a maioria de suas populações sobrevive na humilhante condição de famintos crônicos (FOOD..., 1973). Ao lado de sua expansão e gravidade, observa-se, em 1973, uma tendência ao agravamento da precária situação alimentar, tanto no País como em escala mundial, afetando particularmente crianças e mulheres grávidas e em processo de aleitamento, chegando a 70% da população dos países considerados subdesenvolvidos (VIEIRA, 1982).

A cronicidade do problema no mundo e no Brasil, e o agravamento em algumas regiões, verificado nos últimos anos, requerem uma avaliação sistemática das medidas adotadas para o controle epidemiológico e a identidade das possíveis causas (VIEIRA, 1982).

Estudos etiológicos que tratam de explicar o fenômeno **fome/desnutrição** esbarram ainda em concepções filosóficas entre a conotação individual e coletiva do problema. Há estudos que tratam de explicar a desnutrição a partir da carência de um ou outro nutriente, sem investigar a gênese da questão. Apontam formas clínicas e aprofundam aspectos eminentemente biológicos e físicos, obstaculizando o entendimento real do problema.

Segundo VIEIRA (1982), a ausência de estudos abrangentes acerca dos fatores históricos e sociais envolvidos na etiologia da desnutrição revela os interesses da ordem social vigente. Propositamente, investiga-se a aparência, os efeitos da desnutrição, ao mesmo tempo em que se busca a causa nos indivíduos e não na ordem social (VIEIRA, 1982).

Este pensamento, dominante nos estudos, revela um modo de conceber a **fome/desnutrição** enquanto responsabilidade do indivíduo; "a mãe é culpada pela desnutrição de seu filho", eximindo a ordem social de qualquer responsabilidade.

Tal concepção assemelha-se ao movimento eugenista do século XIX e início do século XX na Europa, de grande influência no Brasil da época, que atribuía a causa de todas as doenças aos escravos... "transmissores das desgraças da civilização". Ao redor dessa posição, princípios preconceituosos e racistas consideravam, como necessário para sanear as cidades, o extermínio ou afastamento dos pobres que, sujos e malditos, viviam na ignorância, sem condições de entender a própria vida. Apontavam a fome como o castigo à imundície de seus corpos (TULLIER, 1990).

A análise dos fatores causais vem-se ampliando desde os últimos anos, sugerindo estudos mais avançados sobre os

determinantes da produção social da **fome/desnutrição**. Passa-se a relacionar a desnutrição ao poder aquisitivo do indivíduo, introduzindo variáveis importantes como educação, conjuntura econômica, organização social e ainda estudos que indicam como causa básica a acumulação de capital (VALENTE & BALDIJÃO, 1988).

Os fatores históricos e sociais envolvidos na etiologia da fome/desnutrição todavia ainda continuam frágeis diante da posição hegemônica que enfatiza a carência nutricional sem relacioná-la às condições sociais e econômicas num dado momento da sociedade brasileira.

A análise da persistência do problema continua esporádica e descontinuada, não permitindo valorar a situação nem estimar dados que, assistematizados, tendem a dissolver-se em um ou outro estudo, nas distintas regiões do País (ASSIS et al., 1992). Dois estudos oficiais deixam-nos perplexos diante do problema: o inquérito realizado pelo Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF), na década de 70, e a Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição, em 1989 (COITINHO et al., 1991).

É possível que tenha ocorrido um decréscimo da desnutrição em nossas crianças, se comparados genericamente os dois estudos:

- em 1974 a desnutrição no Brasil alcançou 46%, enquanto em 1989, 30,7%;

- as formas graves e moderadas no primeiro momento registraram 13,6% e, no segundo, 5,1%;

- na região Nordeste, onde os índices de pobreza são mais altos, em 1974 a desnutrição chegou a 56,5% e em 1989 a 46%;

- o índice altura/idade, em 1989, aponta a prevalência de nanismo nutricional em 15,9%, sendo as regiões Norte e Nordeste as mais afetadas com 23,9 e 28,1%, respectivamente, sendo que 2/3 destas são de famílias com renda mensal inferior a meio salário mínimo. As crianças de famílias com mais de um salário mínimo apresentaram um número reduzido de nanismo nutricional.

Os dois inquéritos apontaram disparidades regionais, especificamente entre as regiões Norte e Nordeste, em relação ao Sul e Sudeste. A prevalência da desnutrição moderada e grave amplia ainda mais as diferenças regionais (COITINHO et al., 1991).

Na mesma época - 1987/1989 - estudos apresentados no seminário do Projeto Cansação na Universidade Federal da Bahia, mostraram 67% de desnutrição energético-protéica em menores de 5 anos, em filhos de trabalhadores rurais. Dados semelhantes foram observados na periferia da cidade de Salvador, no mesmo período, por alunos e professores do curso de Nutrição da UFBA (COMISSÃO..., 1991; ASSIS et al., 1992).

Faz-se necessário aprofundar comparativamente os dados que mostram um possível declínio da desnutrição, relacionando-o aos momentos conjunturais pós-milagre brasileiro (1974) e de redemocratização do País (1989), nos quais níveis distintos de pressão e organização popular passam a exigir da Nova República maior responsabilidade do Estado na aplicação dos recursos para os serviços de saúde e saneamento.

A retomada da organização dos trabalhadores, os debates populares, ainda que em fase preliminar, já demonstravam a insatisfação das condições de vida de milhares de brasileiros, após longos anos de repressão política instalada no governo da Ditadura Militar. Ao tempo em que os dados oficiais mostram uma possível melhora nas condições de saúde e nutrição nos anos oitentas, também estima-se em 32 milhões o número de crianças no País vivendo abaixo da linha de pobreza, em famílias cuja renda mensal per capita não ultrapassa meio salário mínimo.

Na mesma época, o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) revelava que 86 milhões de pessoas não tinham condições de alimentar-se suficientemente (ANDREATTO et al., 1985).

Desta demonstração, advertida pela baixa qualidade de vida da maioria da população, estudiosos já apontavam o surgimento de uma nova "raça de anões" nos países do terceiro mundo.

É também nos anos oitentas que o "Documento dos Governadores do Nordeste" denuncia a situação dramática da fome, indicando que apenas 20% da população teria condições de alimentar-se adequadamente (PATARRO, 1985). Ao mesmo tempo, constatava-se a redução de três milhões de hectares da área plantada do País, justificada, na época, por catástrofes climáticas como secas e inundações, reduzindo os produtos do abastecimento alimentar em 12%, mas garantindo um aumento de 14% do açúcar para exportação.

Os quinze anos que separam a publicação dos dois inquéritos oficiais têm outro dado relevante: a redução do índice de mortalidade infantil nos anos oitentas. Ações de saneamento, unidas à reidratação oral, à retomada da orientação ao aleitamento materno e ao programa de vacinação em massa, foram apontados, por órgãos oficiais, como causas principais da redução da morte das crianças. Para a região Nordeste, historicamente distinta da região Centro-Sul, 50% do total do óbitos não apresentou causas definidas mas, mesmo com registros precários de morbi-mortalidade, a década de 80 tem na desnutrição a causa do excesso de óbitos das crianças (BOLETIM..., 1992).

A análise comparativa dos dois estudos citados indica a diminuição correlacionada à redução da mortalidade infantil, segundo relatório do Banco Mundial (COMISSÃO..., 1991).

Entretanto, ao lado dos dados oficiais, convive o declínio da produção de alimentos e a visível degradação das condições de vida da população brasileira. A ambigüidade desses resultados nos obriga, mais uma vez, a entender a complexidade do assunto e os elementos que surgem no interior das relações sociais da produção da vida... as formas diversas de conceber a sobrevivência... os aglomerados humanos... as formas diversas de estar na sociedade... ao lado das novas modalidades de controle social, tornando mais plural e complexo o estudo multicausal da fome/desnutrição, manifestação que, não isolada das precárias condições de vida, da falta de acesso aos serviços de saneamento, e outros serviços

básicos de saúde, está intimamente relacionada ao modo de produzir ganância por parte de uma minoria controladora.

Preocupa-nos o estudo de variáveis isoladas, com frágeis associações entre si, sem observar as mudanças relativas ao processo de inserção dos indivíduos na produção social, e o caráter histórico particular das diversas regiões do País.

A degradação humana, acirrada nas áreas de maior pobreza do País, indica a necessidade de entender a especificidade das variáveis causais ao nível regional, sem perder de vista o contexto da sociedade brasileira. O suposto atraso das regiões Norte-Nordeste tem subjacente modo particular de conceber a relação capital-trabalho e formas de pensar a sobrevivência associadas à carência de políticas sociais. Não é possível esquecer que é nesta área geográfica que habitam, em maior concentração, os milionários projetos agrícolas de capital estrangeiro, e onde mais tem ocorrido conflitos de terra no País.

A investigação para o entendimento causal deve buscar na história da sociedade a magnitude da fome, e a partir daí compreender as possíveis variáveis associadas à dinâmica do processo produtivo. Há, sem dúvida, uma produção social da fome/desnutrição que vai além do diagnóstico observado. No dizer de Josué de Castro... "há algo como que oculto, ou em silêncio... nos corpos da classe trabalhadora" (CASTRO, 1980).

O silêncio ou o oculto estava, assim, relacionado a um estágio subclínico da desnutrição e, a um só tempo, condicionado à predisposição, revelando a vida em risco, a vida sempre tão próxima à doença e à morte.

"Na produção social da vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção essas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais... o modo de produção da vida material condiciona o processo geral de vida social política e espiritual" (MARX, 1975).

Os estudos sobre a desnutrição devem, a nosso ver, visualizar o conteúdo da totalidade dos indivíduos. A criança deve ser vista enquanto um componente da família, e esta um elemento que, por sua vez, compõe determinada classe ou grupo social. É a partir da concepção de totalidade que se destaca o específico... a criança com **deficit** de crescimento, por exemplo. Não há totalidade sem uma busca histórica para entender os sinais clínicos observados, ou os subclínicos não percebidos e não considerados. É na interpretação histórica de uma dada sociedade que se poderá compreender o modo de pensar o corpo, o corpo no trabalho, na casa, no afeto... e faminto... independente da vontade de quem a sente.

A sociedade pluralista brasileira, segundo Singer, toma características próprias em classes sociais determinadas pelo nível de renda e suprimento dos bens materiais (VASCONCELOS, 1990). A complexidade nos leva a buscar na histórica da formação econômica e social brasileira o entendimento da determinação da **fome/desnutrição**, enquanto um elemento presente e próprio de determinados grupos sociais... historicamente pobres.

## ASPECTOS HISTÓRICOS

Antes da ocupação portuguesa, as civilizações primitivas que habitavam o Nordeste brasileiro apresentavam bom desenvolvimento físico, elevado índice de robustez e nenhum distúrbio de crescimento, indicando que se alimentavam muito bem, ao contrário do que se observa na população nordestina de hoje (INVESTIGAÇÃO..., 1992).

A **fome/desnutrição** é instalada no Brasil a partir da economia capitalista mercantilista, em 1530. LINHARES (1979) e PRADO JÚNIOR (1979) analisam a questão com o nascimento da grande propriedade açucareira, onde o Brasil entra no mercado internacional como colônia de Portugal. Não isolado, mas parte de um

todo, o modelo adotado normatiza a grande propriedade, condicionada a um modo de pensar que culturalmente nos atinge até os dias de hoje.

A forma de dependência econômica toma matizes modernizantes no percorrer dos 462 anos de Brasil. Os modelos econômicos guardam amarras com o mercado internacional, dominado pelos países desenvolvidos ou centrais, segundo ideologias necessárias à manutenção da dependência.

Nossa economia, subordinada à agroexportação desde o período colonial até o segundo cartel do século XX, orientou as relações sociais de produção no campo e nos centros comerciais. A produção das culturas de subsistência, mandioca (base da alimentação), milho, feijão e arroz (dentro e fora da grande propriedade), por escravos e/ou pequenos lavradores livres e escassos, sobreviveu para garantir a principal fonte de economia: as culturas para exportação (LINHARES, 1979).

A escassez de alimentos nas vilas urbanas e no campo atravessa todo o período da hegemonia agroexportadora em suas diversas fases da produção de algodão, cacau, café e cana-de-açúcar. A produção de alimentos para o mercado interno sempre foi uma prova de resistência dos pequenos produtores e suas famílias, e nunca uma preocupação do Estado ( LINHARES, 1979; LINHARES & SILVA 1979).

Os hábitos alimentares e as concepções empíricas sobre os alimentos surgem a partir de um mínimo de produção agrícola, e com os "restos" da burguesia da época, onde o desperdício de produtos, importados ou não, possibilitava o aproveitamento pelos empobrecidos trabalhadores.

Um território grande, uma imensa quantidade de terras não cultivadas e controladas pelo poder político dos donos das culturas de exportação, forma a base da fome/desnutrição da maioria... que não passivamente assistia a seu próprio sofrimento (ALENCAR et al., 1980).

Os movimentos sociais, em todas as épocas, indicavam reivindicações coletivas contra a fome e a carestia, nas usinas, nas fazendas e nos centros urbanos. Aos olhos dos grandes proprietários, tratava-se na sua maioria de movimentos rebeldes, fanáticos e religiosos, para a subversão da ordem, movimentos que não reconheciam os favores prestados pelos representantes do rei, do imperador e dos presidentes republicanos (ALENCAR et al., 1980).

A sociedade civil no Brasil é assim marcada historicamente por inúmeras formas de castigos contra a luta pela sobrevivência, ao lado dos castigos para quem teve a sorte de nascer pobre, sem terra e sem honras. "Era só uma questão de sorte." Como se não estivesse socialmente determinada a sorte de cada qual.

Continuava arcaica e conservadora a produção de alimentos, quando a economia brasileira passou a estabelecer uma estrutura de base produtiva urbano-industrial (FREITAS, 1986).

A lógica da produção industrial no País nos anos trintas, não contemplava critérios ou políticas agrícolas voltados para a reprodução integral da força de trabalho, para a indústria que pensava expandir-se. Ao tempo em que se incrementava a formação de bens de capital, preparando o País para o desenvolvimento econômico, fornecia-se crédito ao grande produtor de açúcar, pecuária, cacau etc. (FREITAS, 1986).

O Brasil, antes da Segunda Guerra Mundial, era o sexto exportador de carne bovina e correspondia a 10% do mercado internacional (PATARRO, 1985).

A produção e a comercialização dos alimentos, com diferenças regionais marcantes, têm procedimentos históricos controlados pelo desenvolvimento da economia industrial e financeira que privilegia o Sul, onde a agricultura toma rumos modernizantes desde a crise do café (LINHARES, 1979).

A expansão do capital industrial, junto à modernização conservadora do campo - que incorpora as antigas relações sociais - cria diversas formas de dependência do capital, na figura do

empresário da produção, estabelecendo variações de pagamentos com as prestações de serviço ao capitalismo (OLIVEIRA, 1987).

Torna-se difícil a reposição da força de trabalho, em uma economia cuja hegemonia retrata métodos cada vez mais eficazes de extração da mais valia por parte dos empresários agrícolas em consonância com o capital monopolista que, por sua vez, se expande a partir da segunda metade dos anos cinqüentas, com a política desenvolvimentista de J. K. (OLIVEIRA, 1987).

A exploração da força de trabalho traduzida em baixos salários, junto ao crescente processo inflacionário, marca a construção industrial brasileira (OLIVEIRA, 1987).

Segundo VASCONCELOS (1988): "o Estado passa a garantir, através dos Programas de Alimentação e Nutrição, as condições mínimas necessárias à manutenção e reposição da força de trabalho para o capital". Analisa a questão, a partir de dimensões que permeiam a necessidade em si da reprodução do capital e o controle ideológico sobre os trabalhadores, na tentativa de atenuar a exploração sobre seus corpos.

A exemplo, o Estado Populista de Vargas não tinha grandes preocupações com a nutrição da população, embora tentasse justificar, através do Serviço de Assistência da Previdência Social, no Estado Novo, a necessidade do "mínimo" para os trabalhadores e suas famílias (FREITAS, 1986). Nasce a necessidade do discurso paternalista em torno da alimentação dos trabalhadores.

A estrutura agrária conservada historicamente é, sem dúvida, um dos condicionantes, do novo modelo de economia, mais que nunca controlado pelo capital estrangeiro. O financiamento para a nova ordem econômica amplia a dívida externa e favorece a concentração de renda, reduzindo em termos relativos o salário da classe trabalhadora, em contraste com o aumento da produtividade agroindustrial.

As políticas de alimentação e nutrição no "desenvolvimentismo" passam a articular-se com os organismos

internacionais como FAO, Programa de Alimentos para a Paz (FISI) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA). O sentido básico era evitar o movimento de caráter socialista (VASCONCELOS, 1988).

Assim como se criam bases econômicas, cria-se forte controle ideológico necessário à manutenção da acelerada expansão capitalista. O corpo do trabalhador e da sua família passa a ser visto, acima de tudo, como um "corpo biopolítico" necessário à modernização do País.

De um governo politicamente populista, ao autoritarismo instalado em 1964, não há mudanças na estrutura de base da economia. Mas é com o golpe militar que de fato se garante a continuidade da reorientação econômica do País (OLIVEIRA, 1987).

Trabalhadores rurais e urbanos organizados em grandes congressos, no início dos anos sessentas, já apontavam a degradação social gerada pelo modelo de internacionalização do mercado interno (OLIVEIRA, 1987).

Se em 1962, 70% das terras cultiváveis estavam nas mãos de poucos, na década de setenta, 88% da terra passa a ser ocupada por empresas rurais e latifúndios, em detrimento de 12% destinado à produção de alimentos (CARDONSKI et al., 1992).

A reconcentração da renda, e obviamente de terra, marca o declínio da produção de alimentos básicos para a nutrição do povo brasileiro. O Milagre Brasileiro, no início dos anos setentas, assegurou a maior concentração de renda da história até então. Os 50% mais ricos detinham 70% do PIB, os menos pobres ficaram mais pobres e os mais pobres, paupérrimos. O prejuízo social é imenso: aumento da mortalidade infantil, **fome/desnutrição**, doenças infecto-contagiosas, parasitárias e diarréia formam o cenário das condições de vida da maioria. Nessa época, a Pesquisa Interamericana da Mortalidade Infantil concluía que 66% dos óbitos em menores de cinco anos tinham como causa básica ou associada a desnutrição, apontando Recife, com 58,3% dos óbitos, como o maior índice do continente americano (CARDONSKI et al., 1992).

No campo, as condições para a produção de alimentos, grande parte atribuída aos pequenos produtores, tornam-se relativamente inviáveis. As culturas de dominação, sob a égide da modernização na expansão capitalista, impõem a expulsão de milhares de trabalhadores rurais, por meios supostamente pacíficos e declaradamente violentos.

O campo passa a viver uma guerra civil "camuflada". Na década de 80 foram registrados 4.199 conflitos e 757 trabalhadores assassinados, segundo documento da Comissão Pastoral da Terra (PARA ONDE..., 1985).

Rumo às cidades, passam a incorporar o exército de reserva que se avoluma nas periferias, na mais completa miséria humana. Na lógica da economia, é necessário um imenso exército de reserva para a acelerada acumulação de capital, controlada pelos banqueiros internacionais (OLIVEIRA, 1987).

O Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, instalado no pós "milagre", percorre os anos setentas e oitentas, sem efetivamente impor os objetivos emergenciais do discurso proposto. No sentido genérico, atrela-se a critérios político-eleitorais e, fundamentalmente, tenta desmobilizar movimentos populares. A causa básica da fome/desnutrição continua intacta (VASCONCELOS, 1988).

Entre 1972 e 1981, os alimentos mais consumidos no mercado interno (arroz, batata, feijão e mandioca) não apresentaram taxas de crescimento de produção, ocorrendo o contrário com os produtos exportáveis, principalmente a cana, a soja e a laranja. A agricultura sempre cresceu mais rapidamente que a população, ao contrário do que pensava o inglês Maltus, mas a disponibilidade de alimentos por habitante no Brasil vem decrescendo nos últimos vinte anos (CARDONSKI et al., 1992).

A escassez, associada ao capital monopolista, eleva os preços dos alimentos. Famílias que ganham até dois salários mínimos gastam, em média, 56% do seu orçamento com alimentos, e as que

ganham trinta salários gastam 6%. O baixo poder aquisitivo leva à monotonia e à permanência de uma dieta deficiente em nutrientes necessários à melhor reprodução da sobrevivência (CARDONSKI et al., 1992).

Da formação social e econômica à modernização agroindustrial, a fome/desnutrição é um dos elementos presentes no processo de degradação das condições de vida da maioria empobrecida.

A deterioração da situação social no Brasil não pode ser atribuída a fatores exógenos, nem às condições biológicas. O processo de acumulação no Brasil tornou-se mais desigual do que antes e a reprodução do capital mais restrita a um menor número de setores da produção - condição incrementada pelo Governo da Reconstrução Nacional - em seu discurso neoliberal.

O grande drama do País é a alta taxa de exploração da força de trabalho com o assalariado e o não "assalariado", os semi-assalariados.

O volumoso desemprego configurado nos dois últimos anos estabelece o crescimento da economia informal, criando novos mecanismos para garantir a sobrevivência. Nasce novas formas de parceria no circuito comercial das grandes cidades, consequência do modelo econômico que tem como gatilho uma indústria de base poupadora de mão-de-obra (COMISSÃO..., 1991).

O exército de desempregados hoje já tem características distintas daquele de um passado recente. Os indivíduos da pobreza criam, no mercado informal, modalidades não tradicionais de venda de sua força de trabalho e suas crianças já incorporam 11,6% da força produtiva na modalidade informal da economia (CARDONSKI, 1992).

Para que o produto social se mantenha, necessita-se cada vez menos de trabalhadores. A alta tecnologia implantada por cartéis das transnacionais nas indústrias, nos campos de soja e de outras culturas para exportação exclui, a cada dia, milhares de pessoas do mercado de trabalho.

Os trabalhadores e suas famílias coabitam com a fome crônica, com terríveis prognósticos em meio a tantas dificuldades e desesperanças.

Nasce no País, no decorrer de trinta anos de industrialização, com sofisticados bens de capital, uma modernização que conserva ao seu lado uma massa de famintos sugerindo uma nova etnia brasileira - uma etnia que sobrevive cronicamente na miséria - na degradação social permanente (COMISSÃO..., 1991).

O discurso democrático do neoliberalismo distancia-se da prática democrática. O Brasil é considerado "lá fora" como um dos países mais lucrativos para os investimentos estrangeiros... e um dos maiores exportadores de dólares no mercado internacional, no entanto lhe é conferido uma enorme dívida externa.

Contraditoriamente ao modelo econômico que coloca o País entre os dez mais importantes do mundo, permanece crônico um modelo social com muitos problemas para sua população.

A expressiva acumulação de riqueza, em paralelo à proliferação da miséria, revela que o desenvolvimento capitalista, nos países dependentes como o Brasil, beneficia apenas uma restrita burguesia local e a burguesia internacional - com os vultosos recursos historicamente a ela enviados sob diferentes títulos, sendo o principal deles a dívida externa (COMISSÃO..., 1991; CARDONSKI et al., 1992).

"Entre 1980 e 1990 a renda **per capita** brasileira caiu 6% segundo dados oficiais, como conseqüência do desemprego e do recrudescimento da inflação" (MÉDICI & AGUIAR, 1992).

As más condições de vida urbana se intensificaram no expressivo crescimento da aglomeração de baixa renda (FREITAS, 1990) e mesmo assim o Brasil remeteu US\$54 bilhões para o exterior, a título de pagamento de juros e amortizações de sua dívida externa. A dívida social do Estado para com a grande parte da população cresceu ainda mais.

Ao lado da política econômica excludente convive-se com a imensa desigualdade social que se constata através da maior concentração de renda registrada na história. O relatório do Banco Mundial de 1991 revela que em nenhum país foi encontrado um percentual tão elevado de renda na faixa dos 10% mais ricos como no Brasil (MÉDICI & AGUIAR, 1992).

Enquanto os 10% mais ricos detêm 46,2% do PIB, aos 20% mais pobres é conferido apenas 2,4% (MÉDICI & AGUIAR, 1992).

Esta é a ética perversa do "desenvolvimento" no Brasil, que tem, ao lado dos altos lucros e de grandes glebas de terra destinadas à produção de culturas para exportação, o declínio da produção de alimentos. Nesse cenário tem-se 25% dos adultos com nanismo nutricional, 30,7% das crianças em desnutrição - sendo 56,6% no Nordeste - e 64 mortes em cada mil crianças antes do primeiro ano de vida.

Os indicadores da **fome/desnutrição**, desde o baixo peso ao nascer até a problemática da produção de alimentos, e o modo como os indivíduos sentem e pensam a questão, contribuem para o entendimento da produção social do problema.

Faz-se necessário compreender a **fome/desnutrição** enquanto um elemento associado à degradação social, o que de algum modo condiciona os indivíduos a formas de sobrevivência difíceis de mensurar.

Na pobreza, as condições sanitárias precárias e tantas vezes inexistentes conduzem os indivíduos a uma prática, no seio da família, cuja dimensão torna-se complexa a um entendimento linear do problema. Convive-se com a contaminação, o ambiente enfermo. Criam-se as mais diversas estratégias para manter viva a criança; introduzem-se chás e rezas desde a mais tenra idade, convive-se com o medo da doença e da morte, com a carência dos serviços de saúde, principalmente na área rural, e estabelece-se uma "teoria" própria para entender o frágil recém-nascido, na frágil sobrevivência da família, da vila, do lugar. O conceito de fraco, historicamente determinado, toma dimensões simbólicas para explicar a qualidade e a quantidade dos alimentos, ou a feira fraca, a casa, o corpo fraco. A dimensão da fraqueza social, representada pelo baixo poder aquisitivo, ou por outras condições, como a falta de terra, sementes,

água, saneamento, saúde, traduz a vida como que perdida pela humilhação da pobreza. Se tudo parece fraco, é igualmente fraco o leite do seio de um corpo fraco. O entendimento da prática de aleitamento materno das mulheres na periferia de Salvador passa por dimensões simbólicas, necessárias à identidade e à compreensão de uma vida em risco (FREITAS, 1990).

A significação do fenômeno fome/desnutrição tem subjacentes situações que necessitam ser observadas e consideradas pelos profissionais que tratam do assunto. Faz-se necessário explicar o que não é facilmente quantificado, mas que se encontra presente no corpo social de uma família da pobreza.

O quadro da fome/desnutrição é, sem dúvida, a consequência de uma ética perversa condicionada pela concentração de renda: um quadro que evidencia prognósticos sem esperanças claras. A questão necessita ser vista pelas políticas econômicas e sociais, como uma enfermidade inerente ao modelo de desenvolvimento adotado.

Faz-se urgente criar mecanismos para erradicar as endemias sociais. Cada um de nós deve, no íntimo, ter a responsabilidade e a solidariedade junto à maioria da população para transformar a história de nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, F.; CAPRI, L. & RIBEIRO, M. V. **História da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1980. 339p.
- ANDREATTO, E., CARTA, M.; PEREIRA, R. & PEREIRA, D. **Retrato do Brasil**. São Paulo: Política, 1985. 4v. v. 3 Fome e política econômica.
- ASSIS, A. M. O.; FREITAS, M. C. S. & PRADO, M. S. **Vigilância nutricional em Cansação**. [S. L.]: - UFBA/Pró-Reitoria de Extensão, 1992. 28p. (Projeto Cansação PROCAN - Mimeo-grafado)

- BOLETIM do Centro Nacional de Epidemiologia. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 set. 1992. Sucursal do Rio de Janeiro.
- CARDONSKI, C.; PASSOS, C.; SILVA, E.; SOARES, M.; OLIVEIRA, L.; MONTAL, M. & CRUZ, M. **Copilação de dados sobre o problema alimentar no Brasil**. Salvador: ENUFBA, 1992. 36p.
- CASTRO, J. **Geografia da fome**. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1980. 361p.
- COITINHO, D. C.; LEÃO, M. M.; RECINE, E. & SICHIERI, R. Condições nutricionais da população brasileira: adultos e idosos. In: PESQUISA Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN). Brasília: INAN, 1991. 71p.
- COMISSÃO Parlamentar de Inquérito Contra a Fome. Projeto Resolução 84 de 1991 - **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, v. único, 264p., 1991. (Câmara dos Deputados)
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION/ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Comité mixto de expertos en nutrición. In: REUNIONES SOBRE NUTRICIÓN, 52., 1973, Ginebra. (Série de Informes Técnicos, 522)
- FREITAS, M. C. S. Pontos para uma discussão. In: CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, 1., 1986, Salvador. 17p.
- \_\_\_\_\_. Educação nutricional em agonia. Curitiba: UFPR, 1990. 31p. (Trabalho apresentado no Seminário Nacional de Educação Nutricional 1., 1990, Curitiba)
- INVESTIGAÇÃO arqueológica no Nordeste. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 set. 1992. Caderno Ciência.
- LINHARES, M. Y. **A história política do abastecimento: 1530-1918**. Brasília: BINAGRI, 1979.
- \_\_\_\_\_ & SILVA, F. **A história política do abastecimento: 1918-1974**. Brasília: BINAGRI, 1979. 239p.
- MARX, K. **Crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. v.1
- MÉDICI, A. C. & AGUIAR, M. A. S. Desenvolvimento sem ética: indicadores. **Revista P. G.**, Rio de Janeiro, n. 80, p. 39, maio/jun. 1992.

- NUNES, E. O. (Org.) **Textos de medicina social 5**. São Paulo: Global, 1982. 205p. p. 133-158.
- OLIVEIRA, F. **A economia brasileira: crítica a razão dualista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. 87p.
- PARA onde vão nossos alimentos? Goiânia: Arquidiocese de Goiânia, 1985. 54p. (Comissão Pastoral da Terra)
- PATARRO, I. **Fome no Nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. 186p.
- PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 30. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. 364p.
- SEMINÁRIO DO DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO, 1989, São Paulo. São Paulo: Secretaria do Abastecimento de São Paulo, 1989. 20p. (FAO - Documentos Comité Expertos)
- TULLIER, P. **A tentação do eugenismo**. Tradução por Ana Reis. Salvador: UFBA, 1990. 70p. (Seminário Rede de Defesa da Espécie humana - REDEN - Mimeografado)
- VALENTE, F. L. S. Em busca de uma educação nutricional crítica. In: \_\_\_\_\_. **Fome e desnutrição: determinantes sociais**. São Paulo: Cortez, 1986. 107p.
- \_\_\_\_\_ & BALDIJÃO, C. E. **Os determinantes da fome: desnutrição**. Salvador: UFBA, 1988. 15p. (Mimeografado)
- VASCONCELOS, F. A. G. **A política social de alimentação e nutrição**. Florianópolis: [s. n.], 1990. 197p. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária) - Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 1990. (Mimeografado)
- \_\_\_\_\_. **A política social de alimentação e nutrição: acumulação de capital e reprodução da fome**. *Revista Saúde e Debate*, Rio de Janeiro, v.23, p.42-48, 1988.
- VIEIRA, L. M. **Produção social da fome**. Salvador: [s. n.], 1982. 94p. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária) - Universidade Federal da Bahia, UFBA, 1982.

**Recebido para publicação em 11 de dezembro de 1992 e  
aceito em 23 de março de 1993.**